

## Deixa disso

Integrantes da base do governo na Câmara afirmam que apenas a entrada em cena de Lula poderá evitar uma situação de conflito aberto com Arthur Lira (PP-AL) neste começo de ano. "Todos estamos aguardando o presidente Lula com seu tom paz e amor", diz Ce-zinha de Madureira (PSD-SP). Reservadamente, parlamentares afirmam que trocar o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) não resolveria nada. Seria apenas adiar um problema que não tem fácil solução.

**FRENTE FRIA** Para Orlando Silva (PCdoB-SP), o veto do governo a parte das emendas foi "no mínimo imprudente". "O começo não estava tranquilo, agora ficou tudo muito mais complicado. Devíamos ter exaurido as negociações antes", diz.

**TÁ BARATO** O ministro Carlos Lupi (Previdência Social) afirma ser possível dobrar para R\$ 12 bilhões a receita obtida hoje com o valor pago por instituições financeiras para ter o direito de administrar a folha dos beneficiários do INSS. No ano passado, as instituições, entre bancos públicos e privados, cooperativas e financeiras, pagaram R\$ 6 bilhões ao Tesouro para ter direito de fazer os pagamentos. O próximo leilão será realizado neste ano para o período de 2025 a 2029.

**ÉSTRATÉGIA** Ao assumir o comando da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), Ricardo Cappelli alcança a quarta nomeação em pouco mais de um ano de governo Lula (PT). "Acho que bati um recorde", diz. Antes, ele foi secretário-executivo do Ministério da Justiça, em 2019, e secretário federal de segurança do Distrito Federal e ministro interino do GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

**XADREZ 1** O PT considera que em apenas 12 dias 26 capitais do país a situação das candidaturas a prefeito está totalmente resolvida — seja com nome próprio ou como parte de uma legenda. Exemplos são Porto Alegre e Goiânia, com as candidaturas, respectivamente, das deputadas Maria do Rosário e Adriana Accorsi, além de SP, com apoio a Guilherme Boulos (PSOL).

**XADREZ 2** Entre os casos em que o partido pleiteia a vice de Eduardo Ives (PSD), o grupo eleitoral da legenda se reúne na quarta (7) para mapear a situação pelo país.

**FUI CLARO?** Comandante do Distrito, o general Tomsen Paiva tem dito a interlocutores nos últimos dias que não haverá ordem do dia nos quartéis em 7 de março, aniversário de 66 anos do golpe de 1964. Ele tem deixado claro também que quem contrariar a diretrix e estiver na ativa será punido.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

## GRUPO FOLHA

## FOLHA DE SP

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseu | 01202-900 | (11) 3224-3222

Circulação: 100 mil exemplares | 0800-015-9000

Assinatura no assinante: (11) 3224-3050 | 0800-775-8080

Assine a Folha: assinante@folha.com.br | 0800-015-9000

Edição Digital Limitado R\$ 29,90

Edição Premium R\$ 44,90

Edição Impressa

Verba avulsa

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

seg. a sáb. dom.

**PÓLEGO** A nota da Arguidice-se de SP que afirma estar investigando um "suposto novo fato de abuso sexual" envolvendo o padre Júlio Lancelotti deu novo impulso à investigação da CPI que mira o religioso na Câmara Municipal.

O presidente da Casa, Milton Leite (União Brasil), afirma que, se a própria Igreja decidiu investigar, é dever do Legislativo também apurar. O tema será tratado nesta terça (6) pelo bloco partidário.

**MODELO** O MBL fará um documento defendendo a implementação no Brasil de políticas linha-dura contra o crime organizado pelo presidente de El Salvador, Nayib Bukele. O movimento mandou três integrantes para acompanhar a reunião dele, no domingo (4). Entre os pontos listados estão redução da maioridade penal para 18 anos, punição para jovens que cometerem crimes hediondos e criminalização da apologia a símbolos do crime organizado.

**ENTRAVE** Tentativa de Tabata Amaral (PSB) de atrair o PSDB para sua chapa na disputa pela Prefeitura de SP esbarrou em uma avaliação da cúpula tucana de que ela apostou a reeleição de Lula em 2028. Assim, a aliança com um nome da base do governo seria uma contradição para uma legenda que busca marcar como de oposição ao governo federal. O tucano tentou lançar candidatura própria na cidade.

**NÃO É** A deputada estadual Althel Salati (PT) protocolou projeto de lei para que a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) funcione sem interrupção durante o Carnaval. Nas cidades que não tiveram essas unidades, o projeto prevê atendimento prioritário às vítimas de violência doméstica. Ela também enviou ofício ao governador Tarciso de Freitas pedindo que as medidas sejam implementadas antes da aprovação do projeto.

**TESTE** A Secretaria da Segurança Pública de SP anunciou ter ampliado a estrutura para atender mulheres no Carnaval. Segundo a pasta, as delegacias do estado receberam reforço durante o feriado. No total, serão 6.200 policiais atuando no período. Também haverá testes de acolhimento para mulheres instaladas nos principais blocos carnavalescos.



O ministro Dias Toffoli durante sessão do Supremo Tribunal Federal. Carlos Moreira - 17/01/2023/777

## Toffoli manda investigar ONG anticorrupção que o criticou em relatório

Ministro autoriza apuração sobre papel da Transparência Internacional em acordo da J&F; entidade nega irregularidades

Mônica Bergamo, Bianca Vieira e José Marques

SÃO PAULO E BRASÍLIA. METROS de uma semana após a ONG Transparência Internacional divulgar relatório com críticas ao ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), o magistrado expediu decisão autorizando uma investigação sobre a entidade.

Nesta segunda (5), ele determinou que seja apurada se a ONG participou da administração da multa imposta à J&F dos irmãos Wesley e Joseley Batista, no acordo de leniência da empresa, de 2017. A própria PGR (Procuradoria-Geral da República) referendou, em 2022, a informação de que a entidade não recebeu remuneração pela assistência prestada na leniência.

Toffoli, porém, diz que a Transparência, que ele chamou de instituição privada "aligeirada" e "com sede em Berlim", pode ter recebido valores que deveriam ter ido para o Tesouro Nacional.

"Tal como ressaltado pelo Parquet [Ministério Público] ficou evidente que uma organização privada irá administrar a aplicação dos recursos de R\$ 2,3 bilhões nos investimentos sociais previstos no acordo de leniência, sem que se submetesse aos rigores de fiscalização e controle do Estado", escreveu Toffoli.

Em comunicado, a ONG diz que não recebeu nem administrava recursos da multa, e apenas produziu, sem qualquer pagamento, estudos, além de apresentar recomendações de práticas de governança e transparência.

A decisão de Toffoli se deu no âmbito de uma notícia-crime apresentada pelo deputado federal Rui Falcão (PT-SP) assinada pelos advogados Marco Aurélio de Carvalho e Fernando Hideo Lacerda, que questionam a cooperação firmada entre o Ministério Público Federal.

"Tal providência faz-se necessária especialmente para investigar eventual apropriação indevida de recursos públicos por parte da Transparência Internacional e seus respectivos responsáveis, sejam pessoas físicas ou jurídicas", afirma o ministro.

O magistrado determinou que fossem oficiadas PGR, TCU e CGU (Controladoria-Geral da União), ordenando ainda que a decisão chegue à

ciência do Ministério da Justiça do Congresso Nacional. Procuradores envolvidos nas tratativas também devem ser alvo dos procedimentos. Na petição, que deu origem à decisão de Toffoli, originalmente encaminhada ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e depois remetida ao STF, Rui Falcão afirmou que a ONG atuou como cumplice da Lava Jato "nos abusos perpetrados no modelo de justiça criminal brasileiro".

Disse, ainda, que o fato de o Ministério Público admitir a participação de uma entidade internacional para tratar da gestão de recursos públicos obtidos por meio de acordos de leniência já seria, por si só, "escandaloso".

Tida como referência para o tema, a Transparência Internacional tem presença em mais de 100 países e é o ranking de percepção de corrupção que, no último ano, apontou que o Brasil caiu dez posições em seu desempenho.

O mais recente levantamento foi divulgado na terça (30) e motivou críticas de integrantes do governo Lula, como os ministros Flávio Dino e Vinícius Marques de Carvalho.

No estudo, a ONG diz que o desmonte de marcos institucionais contra a corrupção no Brasil foi feito na gestão Jair Bolsonaro (PL), mas que Lula falhou na reconstrução de mecanismos similares.

Em meio a críticas sobre relações impróprias entre magistrados, políticos e empresários e falta de transparência da participação de juizes em eventos patrocinados, a ONG mencionou decisões como a de Toffoli de suspender o pagamento de multa da leniência da J&F, em dezembro.

A entidade apontou que o ministro decidiu, monocraticamente, "com fortes evidências de conflito de interesses e outras heterodoxias processuais" em casos de corrupção. Amalher de Toffoli, Roberta Rangel, é advogada do grupo dos irmãos Batista, responsável pela atuação no litígio entre a empresa e a PGR.

Em meio a críticas sobre relações impróprias entre magistrados, políticos e empresários e falta de transparência da participação de juizes em eventos patrocinados, a ONG mencionou decisões como a de Toffoli de suspender o pagamento de multa da leniência da J&F, em dezembro.

A entidade apontou que o ministro decidiu, monocraticamente, "com fortes evidências de conflito de interesses e outras heterodoxias processuais" em casos de corrupção. Amalher de Toffoli, Roberta Rangel, é advogada do grupo dos irmãos Batista, responsável pela atuação no litígio entre a empresa e a PGR.

“Tal providência faz-se necessária especialmente para investigar eventual apropriação indevida de recursos públicos por parte da Transparência Internacional e seus respectivos responsáveis, sejam pessoas físicas ou jurídicas”, afirma o ministro.

“A transparência internacional jamais receberia, direta ou indiretamente, qualquer recurso do grupo J&F ou de qualquer acordo de leniência no Brasil. A organização tampouco teria — e jamais pleiteou — qualquer papel de gestão de tais recursos”, disse a entidade nesta segunda.

Transparência Internacional em nota

diz o texto da organização. Em nota nesta segunda, a Transparência classificou como falsas as informações de que valores foram recebidos ou gerenciados. Afirma, ainda, que o memorando que estabeleceu a cooperação expôs em 2018, encerrando qualquer participação sua.

"A Transparência Internacional jamais recebeu ou receberia, direta ou indiretamente, qualquer recurso do acordo de leniência do grupo J&F ou de qualquer acordo de leniência no Brasil. A organização tampouco teria — e jamais pleiteou — qualquer papel de gestão de tais recursos", disse.

Afirmou que essas alegações já foram desmentidas diversas vezes pela própria entidade e por autoridades brasileiras e que "fake news vêm sendo utilizadas há quase cinco anos em graves e crescentes campanhas de difamação e assédio à organização".

"Recursos hostis ao trabalho anticorrupção da Transparência são cada vez mais graves e comuns, em diversas partes do mundo. Ataques às vozes críticas na sociedade, que denunciam a corrupção e a impunidade de poderosos, não podem ser naturalizados".

Em ofício de 2022, a subprocuradora-geral da República Samantha Chantal Dibrowski afirmou que a ONG "prestou somente auxílio no planejamento e na definição de estratégias de investimento dos recursos envolvidos, estudando formas de reparação à sociedade e propondo metodologias para a melhor execução de projetos sociais".

Ela disse que a entidade seguiu "as melhores práticas internacionais, de que é co-nhecedora, inclusive, devido à sua ampla inserção no exterior, como organização não governamental de alcance mundial que é".

Ao assinar memorando de acordo técnico cooperativo, havia previsão explícita, disse a PGR, de proibição a "qualquer transferência de recursos para que a instituição não governamental realize o apoio técnico cooperativo".

Nos últimos anos, a Transparência Internacional criticou em diversas ocasiões decisões contrárias à Lava Jato e a seus preceitos, como a cassação do mandato de deputado federal do ex-procurador Delton Dallagnol (Novo) no ano passado.